



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Relatório de Audiência**

Dia: 11 de Novembro de 2010

Hora: 15h45

N.º 65/XI (2.ª)

**ENTIDADE:** Frente Sindical, representada, designadamente, pelo Dr. Bettencourt Picanço.

**ASSUNTO:** Processo legislativo de aprovação do Orçamento do Estado para 2011.

Recebida pelos Senhores Deputados Maria José Gamboa (PS), Maria das Mercês Borges e Margarida Almeida (PSD), Artur Rêgo (CDS-PP), Mariana Aiveca (BE) e Jorge Machado (PCP).

Os requerentes da audiência – que foi integralmente gravada e se encontra disponível para consulta – começaram por explicar que a Frente Sindical é constituída pelas seguintes entidades:

- Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Entidades com Fins Públicos;
- Sindicato Nacional dos Professores;
- Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos;
- Sindicato dos Enfermeiros;
- Sindicato dos Profissionais de Polícia; e pelo
- Sindicato Independente dos profissionais de Enfermagem.

De seguida, entregaram documentação, que se junta, suscitando as preocupações da Frente Sindical face à proposta de lei do Orçamento do Estado e formulando propostas de melhoria da disciplina contida nas normas relativas aos trabalhadores da Administração Pública.

Disseram estar preocupados com:

1. As reduções salariais, que vão ter um efeito estrutural, não se vislumbrando a sua dimensão;
2. O congelamento de todas as mudanças remuneratórias;
3. A suspensão dos concursos;
4. A não contagem do tempo de serviço;
5. A alteração que decorre do artigo 24.º no que diz respeito à negociação do posicionamento remuneratório;
6. A extensão deste regime às EPE's (Entidades Públicas Empresariais);

7. A redução dos montantes das ajudas de custo;
8. As alterações propostas para os artigos 5.º, 53.º e 61.º da LVCR;
9. O SIADAP e a avaliação do desempenho com base em competências e objectivos para uns e com base em competências para outros;
10. Os procedimentos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, para as carreiras especiais, que continuam à mercê da vontade do Governo;
11. O aumento do desconto para a CGA e a alteração do regime da ADSE.

Realçaram que os preocupa que tudo seja feito de uma maneira que não sabem qualificar, que é desorganizada e não tem em conta objectivos supostamente prosseguidos pela lei. Daí que se interroguem: “onde é que isto vai dar?”

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) interveio em primeiro lugar esclarecendo que já tinha reunido com a Frente Sindical a respeito do OE para 2011 e das propostas nele contidas, que carecem de negociação com os sindicatos. Informou que o Bloco de Esquerda apresentará propostas de alteração, nalguns casos de eliminação, porque outra não pode ser a sua posição, até devido ao facto de terem sérias dúvidas a respeito da legalidade e inconstitucionalidade de algumas das normas. Quanto à simplificação dos concursos e do SIADAP, defendeu que merecem uma clarificação por parte do Ministro de Estado e das Finanças e do Secretário de Estado da Administração Pública, em sede de discussão, na especialidade, do Orçamento do Estado.

A Senhora Deputada Margarida Almeida (PSD) agradeceu os contributos da Frente Sindical e fez saber que a direcção do Grupo Parlamentar do PSD está a analisar o OE e que tudo fará para minorar as propostas mais negativas, ainda que tenha noção de que se trata de um mau orçamento.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) disse que já tinha recebido a Frente Sindical no Grupo Parlamentar a propósito do OE para 2011, que seguramente vai provocar uma situação de recessão. Mencionou que o PCP vai apresentar um conjunto de propostas porque faz questão de provar que há um caminho alternativo quer a nível de redução da despesa quer no sentido de uma maior justiça fiscal. Também disse que o PCP valoriza muito a greve geral do próximo dia 24 de Novembro.

Também a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) confirmou já ter recebido a Frente Sindical no Grupo Parlamentar. Considerou que o documento facultado pela Frente Sindical constitui uma boa base de trabalho quanto a um Orçamento do Estado que contém soluções preocupantes designadamente para os trabalhadores da Administração Pública e para o qual o PS olha com enorme apreensão e preocupação.

Respondendo às questões formuladas, o Dr. Bettencourt Picanço esclareceu que, relativamente aos



efeitos das remunerações, há soluções alternativas e que, no que diz respeito às alterações em leis estruturantes da Administração Pública, é preocupante que isso seja visto como algo gerado fora da Assembleia da República, subalternizando-a e pondo em perigo a democracia.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) agradeceu as questões abordadas e os esclarecimentos da Frente Comum e deu por concluída aquela audiência.

Palácio de São Bento, em 18 de Janeiro de 2011.

A DEPUTADA DO PS,

(Maria José Gamboa)

**Em anexo:** documento entregue pela Frente Sindical relativo à Audição acerca da discussão na especialidade da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011.